



A ESCOLARIZAÇÃO DO NEGRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA¹

Hellen Cerqueira Soares²

RESUMO: O artigo ora apresentado faz parte de um estudo que visou discutir a respeito da história da educação dos negros na época da primeira república. A escravidão prejudicou a educação dos negros no Brasil e que traz prejuízos até os dias atuais, sendo necessárias políticas compensatórias como a de cotas, por exemplo, para suprir essa carência. Visou contemplar os seguintes objetivos: analisar e refletir sobre a educação do negro na Primeira República; bem como determinar como se dava está educação, evidenciando a desigualdade na oferta de educação formal para o branco e para o negro. Por meio de pesquisas bibliográficas buscou trazer dados e discussões a respeito de como foi à educação dos negros. Para tanto, foram realizadas leituras e discussão a partir de autores que pesquisam a respeito da temática, entre os quais França e Leite (2011), Garcia (2010), Muller (2008), Basbaum (1976), entre outros pesquisadores da temática.

PALAVRAS CHAVES: Educação do Negro. Escravidão. Desigualdade Social

RESUMEN: El artículo presentado es parte de un estudio que tuvo como objetivo discutir la historia de la educación de los negros en el momento de la Primera República. El foco está en la afirmación de que la esclavitud daño a la educación de los negros en Brasil y traer pérdidas hasta la actualidad, siendo necesarias políticas compensatorias como contingentes, por ejemplo, a la fuente que quiere. Dirigido a los siguientes objetivos: analizar y reflexionar sobre la educación del negro en la primera República; así como determinar cómo colgado de educación. demostrando la desigualdad en la provisión de educación formal para blanco y negro. A través de búsquedas bibliográficas intentó traer datos y discusiones acerca de cómo a la educación de los negros. Para ello, las lecturas y la discusión de los autores que la investigación sobre el tema, entre ellos França y Leite (2011), Garcia (2010), Muller (2008), Basbaum (1976), entre otros investigadores del tema.

PALABRAS CLAVE: Educación Negro. Esclavitud. Desigualdad Social

1 Introdução

Este artigo resulta de um estudo que buscou analisar e refletir sobre o negro na Primeira República e determinar como se dava a sua educação. Após a

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão de Curso de Especialização em Formação de Profissionais da Educação – *Lato Sensu*, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD), sob a orientação da Prof.a. Dra. Maria de Lourdes dos Santos. E-mail: marialourdes@ufgd.edu.br

²Aluna do curso de Especialização em Formação de Profissionais da Educação – *Lato Sensu*, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD). Email: hellentear@hotmail.com.

abolição da escravidão em 1889, permaneceu e muitas vezes ainda, uma distinção cultural, simbólica e educacional entre negros e brancos, quanto ao acesso a educação escolarizada.

A República foi implantada por uma classe, que reivindicando desenvolvimento e que lutava com forças políticas, jurídico e social ultrapassadas. A Primeira República foi o período em que os senhores do café ascenderam ao poder, alcançaram sua plenitude e depois declinaram em decorrência da crise de 1929 (CARONE, 1975, p. 376). Esse período compreendendo entre 1889 a 1930 tem o domínio foi marcado pela presença das elites agrárias mineiras, paulistas e cariocas e pela exportação de café como principal atividade econômica.

No final do século XIX, no Brasil, há diferenciações entre os “nascidos livres”, (ou seja, as crianças negras pela lei do Ventre Livre-1871) e as pessoas, aquelas que compraram sua alforria ou foram libertados pela Lei de Abolição de 13 de Maio de 1888.

Trata-se de um momento de transição bem específico, de **crise do modelo agrário-comercial exportador** dependente e da tentativa exportador dependente e da tentativa de incentivo à industrialização (1870-1894), configurando-se no fim do império e instauração da Primeira República (GARCIA, 2007, p. 23).

A sociedade imperial, não aceitou os direitos e os princípios universalistas, pois os negros sempre foram vistos como propriedades para os brancos. Uma das estratégias utilizadas para a manutenção dessa situação foi a aliança harmoniosa entre Igreja e o Estado Imperial. Sendo que nos livros eclesiásticos desde o registro de nascimentos até os óbitos havia separação entre livres e cativos.

A característica da colonização portuguesa foi baseada na mercantilização dos negros como produtos com valores determinados pelo mercado, segundo a lei da oferta e da procura, ou seja, dispensou o discurso científico racista.

[...] A principal razão reside no fato de que o comércio internacional de escravos trazidos da costa africana era em si mesmo um negócio tentador, que acabou se transformando no grande negócio da colônia. Portugueses, holandeses e brasileiros, estes na fase final da Colônia, disputaram o controle da área. O tráfico representava, pois, uma fonte potencial de acumulação de riqueza e não apenas um meio de prover braços a grande lavoura de

exportação. Devemos lembrar que houve da escravidão do índio para o negro, variável no tempo e no espaço. Ela foi menos longa no núcleo central e mais rentável na empresa mercantil, ou seja, na economia mercantil, em condições de absorver o preço da compra do escravo negro, bem mais elevado do que do índio (FAUSTO, 2002, p. 22).

Com essa postura, estabeleceu-se no Brasil a questão da linhagem. Deste modo, os recém-libertados, após 1988, não foram facilmente aceitos no convívio social, dificultando entre muitas coisas o acesso à terra, à moradia e consequentemente a escola.

A batalha pela igualdade de direitos para o indivíduo afro-descendente no Brasil não terminou com o regime escravocrata e tampouco com o início da Primeira República. A luta recomeçou justamente a partir deste momento, pois a Lei Áurea e as outras que procederam não deram conta de assegurar direitos à população liberta e os seus descendentes.

Além de sermos uma sociedade forjada na construção de um escravismo criminoso, a abolição foi realizada sem ampla revisão de direitos e necessidades da população negra. Ao contrário, as políticas republicanas sempre foram da ‘negação do Brasil’ e da europeização do país (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 7).

Seguiram na marginalidade, sem direito à terra, trabalho digno, educação, saúde ou habitação, formando a parcela mais empobrecida da população brasileira até hoje. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007, p. 182) as desigualdades raciais manifestas em todos os indicadores analisados expressam a recorrente exclusão social a qual homens e mulheres, identificados como pretos ou pardos, são submetidos ao longo de suas vidas.

Desfavorecidos quanto às condições de moradia, assistência médico-sanitária, escolaridade, emprego e renda, o grupo populacional de ascendência africana também apresenta maiores níveis de mortalidade infantil, de jovens e maiores proporções de mortalidade de gestantes.

O objetivo deste trabalho está na afirmação de que a escravidão prejudicou a educação dos negros no Brasil e que traz prejuízos até os dias atuais, sendo necessárias políticas compensatórias como a de cotas, por exemplo, para suprir essa carência. Deste modo, visou contemplar os seguintes objetivos: Analisar e refletir sobre a educação do negro na Primeira República. Determinar como se

dava está educação. Evidenciar a desigualdade na oferta de educação formal para o branco e para o negro.

Por meio de pesquisas bibliográficas buscou trazer dados e discussões a respeito de como foi à educação dos negros, aqueles cuja importância muitas vezes foram ignorados da história escrita, aquele cuja importância e presença não foram consideradas na sociedade.

Para tanto, realizou-se leituras e a discussão a partir de autores que pesquisam a respeito da temática, entre os quais podemos citar França e Leite (2011), Garcia (2010), Muller (2008) e outros autores que foram surgindo no decorrer da pesquisa, ora efetivada.

Temos a consciência que se torna penoso resgatar a educação da população negra ao longo do tempo. Pois, segundo Jaroskevicz (2008, p. 10), a História da Educação não tem contemplado a multiplicidade dos aspectos da vida social e da riqueza cultural do povo brasileiro. Por fim, cabe destacar que o interesse pelo presente tema: A educação dos negros na Primeira República se dá pelo fato de que o negro sempre buscou e lutou para sobrepujar a sua cor e a sua condição social.

O artigo está organizado da seguinte maneira: inicia-se com uma breve discussão a cerca do início da Primeira República no Brasil e na sequência apresenta a situação do negro em relação a educação escolarizada neste período e finaliza com algumas considerações finais acerca do tema aqui apresentado.

2 A República

Encontrado a partir de uma expedição liderada pelo navegador português Pedro Álvares Cabral, o Brasil no tempo de três séculos foi colônia de Portugal. O príncipe deste reino, D. João de Bragança em 1807, retirou-se para o Brasil, no intuito de subtrair-se ao julgo de Napoleão. Com a queda deste, D. João retornou à Lisboa em 1824, ficando seu filho mais velho D. Pedro na qualidade de príncipe regente.

Ambicioso e audaz, o jovem regente soube, já no ano imediato, fingir que queria a independência do Brasil, quando na verdade, ele não desejava senão fundar um império do qual fosse ele senhor único e absoluto (FIALHO, 1983, p. 9).

Declarado imperador, segundo Fialho (1983) governou como um tirano:

Depois que se fez declarar imperador, governou como um soberano francamente déspota. Dissolveu a câmara constituinte que ele mesmo havia convocado, e outorgou uma constituição, que ao lado de certas disposições características de um governo baseado na soberania popular, continha outras que na prática prestavam-se maravilhosamente a grosseiras mistificações, e por isso devia, quando executada por um chefe de Estado desonesto, neutralizar completamente o que ela tinha de bom (FIALHO, 1983, p. 9).

Em 1831 foi forçado a abdicar da coroa brasileira, deixando-a para seu filho D. Pedro II, que subiu ao trono por meio de uma conspiração palaciana, sendo o Brasil a única monarquia na América. Porém, em diversas províncias, os brasileiros já haviam feito várias tentativas para se livrarem do julgo imperial, tendo como exemplos as colônias inglesas e espanholas, que haviam se tornado repúblicas.

Observando o menor movimento revolucionário desde os seus primeiros dias de reinado, impediu pela “astúcia ou corrupção” o progresso nacional. Aparentando um governo constitucional, conservou o Brasil durante meio século na pobreza, atrasado e sem reputação política no exterior (FIALHO, 1983, p. 18).

A política de D. Pedro II foi o absolutismo que o mesmo deixou para sua herdeira a princesa Isabel. Esta para não desgostar os fazendeiros, fez-se repentinamente abolicionista, quando viu que os escravos já estavam se libertando por si mesmos e já não havia meio algum de conservá-los no cativeiro (FIALHO, 1983, p. 21). Deste modo, no dia 13 de Maio de 1888, concretizou por meio de uma lei a abolição da escravidão.

O estabelecimento da República, pouco mais de um ano após a abolição da escravatura, foi um fator determinante para o desenvolvimento histórico, econômico e social do país. A república no Brasil não foi um incidente, é o resultado de um processo longo de mais de quatrocentos anos. Para Basbaum (1975) isso se deve pelo fato de as classes sociais permanecerem as mesmas e os meios de produção com os mesmos proprietários.

Mas para se entender a República no Brasil, torna-se necessário voltar as suas origens, como surgiu, onde e, por quê? Durante a Idade Média formaram-se

aldeias onde prevalecia a relação de vassalagem – juramento de fidelidade prestador por um inferior a um superior que prometia proteger o vassalo (CHAUI, 2005, p. 367). Nas aldeias houve uma organização social a corporação de ofício (tecelões, pedreiros, etc, organizavam-se em confrarias).

Com as corporações surge uma nova classe social que nos séculos seguintes dominará politicamente e economicamente, com isso, o poderio agrário diminui. Na Itália com redescoberta das obras de pensadores e artistas da cultura greco-romana suscita um novo ideal político: o da liberdade republicana contra o poder teológico-político de papas e imperadores. Cidades como Atenas e Roma são tomadas como exemplos da liberdade republicana.

A palavra república é difícil de definir. Se dissermos que ela se caracteriza pelo fato de que, ao contrário dos regimes monárquicos, o chefe supremo é eleito, não estaremos dizendo a verdade (BASBAUM, 1975, p.25).

Consta-se que a República Brasileira é um tipo particular, sendo que uma das principais características para Basbaum (1975) é absoluta ausência de participação do povo no poder.

A Primeira República é um dos períodos mais difíceis e conturbados do país, para começar mesmo tendo um partido republicano não é este que proclama e, sim o exército.

Com o fim do Império os militares ocuparam cargos de liderança na Primeira República até 1894 encerrando o período conhecido como a “república da espada”. Com a constituição de 1891 foram adotados o presidencialismo e o federalismo. Esse período foi marcado por conflitos militares como a revolta federalista no Rio Grande do Sul, por exemplo.

Revoltas contidas, o poder civil se consolidou, e em 1894 foi eleito o primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, originando uma alternância entre representantes das oligarquias rurais do sudeste brasileiro até 1930. Em 1930 rompe-se com as oligarquias rurais, provocando a revolução de 1930 surgindo a Era Vargas.

3 O Negro na Primeira República

Após a abolição, realizada para atender aos reclamos das novas políticas e sociais, e não aos interesses dos próprios escravos, os negros haviam se tornado cidadãos, todavia, praticamente jogados à rua. E sua quase totalidade se encontrava sem terra, sem qualquer espécie de instrução, sem profissão, sem teto e sem meios ou possibilidades de adquirir alimentos. Foram, portanto, abandonados a própria sorte.

Uma parte permaneceu nos campos, outra procurava as cidades, em busca de liberdade e emprego,

E embora não tivessem tido na República um papel político independente, isto é, como negros e escravos, tal como nos últimos anos do Império, em que lutaram contra os grupos republicanos suspeitos de antiaboliconismo, seu aparecimento como ‘cidadãos livres’ exerceu sensível influência em vários setores da vida nacional (BASBAUM, 1976, p. 179).

Inicialmente contribuíram para o aumento da miscigenação que já se processava no Brasil havia quatro séculos. Por falta de mulheres, os primeiros colonizadores se envolviam com índias e negras escravas para não interromper suas atividades. Com a abolição houve uma intensificação na mistura de grupos étnicos, pois, agora, todos eram livres. Para se ter uma idéia na República metade da população brasileira era composta por bastardos mestiços, ou seja, filhos da união de brancos e negros, fossem provenientes de relações consensuais ou não (MULLER, 2008, p. 29).

Com a miscigenação impediu-se, formas violentas e raciais odiosas, porém isto não significa que não ocorressem situações onde o preconceito estivesse presente. Assim, era comum se ouvir expressões como: “o negro não é uma criatura de Deus” ou “o negro não possui inteligência”. Muitas vezes mesmo depois de liberto o negro continuou a sofrer a condição de escravo. E mesmo após mais de um século, o preconceito racial permanece vivo e forte, apesar das leis existentes no nosso país.

Após a libertação, aqueles que abandonaram as zonas rurais, passaram a viver nas cidades principalmente no Rio de Janeiro. Mas, nem todos procuravam trabalho, os poucos que tinham alguma profissão, faziam biscates, comiam e

dormiam onde era possível, os outros se transformaram em marginais, vivendo de roubo ou de caridade público (FIALHO, 1976, p. 178).

Serviços públicos de limpeza das ruas e serviços de libambos eram feitos por prisioneiros, geralmente ex-escravos ou libertos. As obras de reparos em estradas e conservação de edifícios também, e outras tantas atividades (GARCIA, 2007, p.26).

Os negros e os seus descendentes, não tinham chance para traçar outros rumos de vida uma vez que não tinham profissão nem escola (FIALHO, 1976, p. 180). Mesmo com o mínimo de educação, eram eliminados dos serviços mais leves, por isso, viam-se forçados a exercer os mais humildes, brutais e mal pagos. Tornaram-se, deste modo, os trabalhadores braçais das ruas, da construção civil ou das fábricas.

Sem chance nos melhores empregos, criou-se um exército de reserva do qual o capitalismo aproveitou e abusou, com essa discriminação em relação ao emprego o negro não se integrou na vida política nacional, tornando-se um elemento estranho dentro da sociedade, por muitos anos.

Ao longo de vários anos segundo Basbaum (1976, p. 100) a integração racial foi mais importante que a integração social. O negro passou a sentir os prejuízos da cor mais do que a exploração de classe. Para o autor, todos os males eram provenientes da sua cor e não do fato de ser um operário, daí sua ausência nos sindicatos e nos movimentos políticos da classe operária, que só começou a se interessar e defender a causa após o fim da Primeira Guerra Mundial. A sua única esperança durante vários anos era subir de hierarquia na classe operária.

O negro, após a libertação, tardou em se adaptar às novas condições de vida, não apenas porque não teve as necessárias oportunidades para instruir-se, buscar um cargo com uma boa remuneração financeira, como também a estrutura psicológica. Isso contribuiu por muitos anos para que o negro permanecesse, com fama de marginal e de não possuir capacidade intelectual.

4 O negro nos bancos escolares

O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo – atrás apenas da Nigéria. Ao longo de sua história produziu um quadro de extrema desigualdade entre os grupos étnico-raciais: o negro e o branco. Para Cavalleiro

(2005) até bem pouco tempo o estado brasileiro não incorporava as categorias racismo e discriminação racial,

A despeito dessa tentativa de silenciamento, a resistência negra tem se mantido e se fortalecido, a ponto de atualmente não ser mais possível, num debate lúcido, a defesa da imagem da sociedade brasileira como um exemplo de democracia racial. Por meio de pressão e atuação incessantes, o movimento negro organizado denunciou as condições de vida da população negra brasileira, evidenciando, entre outras coisas, que o acesso e a permanência dessas pessoas no sistema educacional é permeado por uma série de entraves (CAVALLEIRO, 2005, p. 9).

Moniote (1976) considera que durante muito tempo, os povos não-europeus foram excluídos das narrativas e do campo histórico. Deste modo, há uma carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil. Revela, ainda, que não se trata de povos que não possuem história, mas de povos cujas fontes a respeito de suas histórias, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação.

Atualmente, os pesquisadores afro-brasileiros que têm desenvolvido estudos sobre o tema: negro e educação dão exemplo do caráter histórico, não só das abordagens históricas, como também do próprio campo científico na área de ciências humanas, conforme aponta Mariléia dos Santos Cruz (2005, p. 23).

Enganam-se aqueles que pensam que com o fim da escravidão o negro sentou-se nos bancos escolares com dignidade:

As desigualdades raciais manifestas em todos os indicadores aqui analisados expressam a recorrente exclusão social à qual homens e mulheres, identificados como pretos ou pardos, são submetidos ao longo do percurso de suas vidas. Sistemáticamente desfavorecidos quanto às condições de moradia, assistência médico-sanitária, escolaridade, emprego e renda, para mencionar os mais importantes fatores de exclusão, este segmento populacional de ascendência africana e indígena também apresenta maiores níveis de mortalidade infantil, menores valores de esperança de vida ao nascer, maiores índices de mortalidade de jovens e maiores proporções de mortalidade de gestantes. (Síntese de Indicadores Sociais do PNAD/IBGE, 2007 p. 182).

Consta no Art. 5º da Constituição Federal que “Todos são iguais perante a lei”, não havendo desigualdades, mas diferenças. A escola é uma associação que deve contribuir para o cumprimento da norma constitucional e para a mudança

do quadro vigente, sendo de sua responsabilidade respeitar as matrizes culturais e construir identidades.

Investigar a educação da população negra na Primeira República é uma tarefa árdua, pois essa não tem sido olhada de perto. Mariléia dos Santos Cruz faz uma análise apontado que:

[...] têm sido esquecidos os temas e as fontes históricas que poderiam nos ensinar sobre experiências educativas, escolares ou não, dos indígenas e dos afro-brasileiros. O estudo, por exemplo, da conquista da alfabetização por esse grupo; dos detalhes sobre a exclusão desses setores das instituições escolares oficiais, dos mecanismos criados para a escolarização oficial; da educação dos quilombos; da criação de escolas alternativas; da emergência de uma classe média negra escolarizada no Brasil; ou das vivências nas primeiras escolas oficiais que aceitaram negros são temas que, além de terem sido desconsiderados no relato da história oficial da educação, estão sujeitos ao desaparecimento (CRUZ, 2005, p. 22-23).

Para Lopes e Galvão (2001), por muitos anos, não se perguntou sobre a educação dos negros ou indígenas, algo fundamental para o entendimento da educação brasileira. Enxergar as necessidades do outro exige um grande esforço, principalmente para aqueles que não ocuparam os bancos escolares.

A constituição de 1824 coibia o acesso da população escrava nas escolas (art. 6º, item I), com a Reforma Couto Ferraz (decreto nº 1331 de 17 de Fevereiro de 1854) se estabeleceu a obrigatoriedade da escola primária para crianças de 7 anos. No entanto, não seriam admitidas crianças com doenças contagiosas e nem escravos (SILVIA E ARAÚJO, 2005, p.68).

Schelbauer (1998) ao analisar os Anais dos Congressos Agrícolas, os apontou como fonte imprescindível para elucidar o momento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, apontando as divergências entre os que defendiam a educação nacional (ex-escravos e descendentes) e os que defendiam a entrada de imigrantes europeus para suprir a escassez de braços. Os que intercediam pela mão-de-obra nacional preocupava-se com a criação de escolas.

Com a entrada dos imigrantes europeus, a educação negra foi esquecida, muitas tentativas de regulamentação do ensino público foram feitas após a abolição, em 1888,

[...] deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma 'aparente' democratização; porém, na realidade, negaram as condições objetivas e materiais que facilitassem aos negros recém-egressos do cativo e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico (SILVA e ARAÚJO, 2005, p. 71)

No final do século XIX, com o advento do ensino popular e o ensino profissionalizante é que a população negra tem oportunidades de escolarização. Sendo que, a educação popular se estabeleceu em grupos escolares urbanos e escolas isoladas nos bairros operários e nas fazendas (SILVA e ARAÚJO, 2005, p. 72)

Apesar das circunstâncias sociais que mantinham o negro fora da escola, o ensino profissionalizante propiciou a escolarização profissional e superior de uma pequena parcela da população negra. Esta população negra intelectualizada propiciou o surgimento dos movimentos negros, sendo a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, o maior e mais amplo Movimento Negro, tendo inclusive implantado uma escola em sua sede no centro de São Paulo (p. 73).

Segundo Santos Cruz (2005, p. 27),

[...] a necessidade de se liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante os períodos do Império, quanto nos primeiros anos da República, aproximou as camadas negras do saber escolar nos moldes das exigências oficiais.

Com isto,

[...] camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criavam suas próprias escolas; recebiam instrução de pessoas escolarizadas; ou adentravam a rede pública, os asilos de órfãos e escolas particulares (CRUZ, 2005, p. 27).

Já os pesquisadores Cunha e Fonseca destacam que:

A luta das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial evidencia que mesmo à margem da cidadania os negros acompanharam os processos de compactação da nação brasileira e nele exerceram influência. Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o Império deram-se em nível legislativo, quando se proibiu o escravo, e em alguns casos o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública, e em nível prático quando, mesmo garantindo o direito dos

livres de estudar, não houve condições materiais para a realização plena do direito (CUNHA, 1999; FONSECA, 2000).

Os negros foram submetidos a uma cruel escravidão, arrancados de suas regiões de origem no continente africano. Sendo que, para Silva e Araújo (2005), além de representar um conjunto de violações de direito, gerou para esta população um triste legado: a interdição à educação formal

Sem ‘instrução nem senso de responsabilidade, pois esta só existe quando é possível escolha e ação’, os negros, mesmo na condição de libertos, estavam subjugados a outras restrições, pois ‘não podiam ser eleitores (...) e era-lhes interdito também exercer qualquer cargo de eleição popular, para qual a condição essencial era ser eleitor’ (COSTA, 1989 apud SILVA e ARAÚJO, 2005, p. 65).

Sendo assim, os senhores organizavam e promoviam a instrução escolar para os seus filhos, que mais tarde assumiriam os cargos nos “postos burocráticos do Estado, nos cargos políticos e nas melhores posições sociais e econômicas” (SILVA e ARAÚJO, 2005, p.65).

5 Considerações Finais

A respeito da escolarização do negro no período pós-abolição, ainda temos poucas informações como ressalta Hilsdorf (2003, p. 77):

Na primeira República, para o trabalhador branco nacional ou estrangeiro, além das escolas públicas oficiais, havia as instituições particulares e as escolas dos trabalhadores. E para os ex-escravos? Temos ainda poucas informações sobre eles.

Sabe-se que a educação no período escravocrata primeiro foram oferecidas no sistema de cursos seriados e depois por aulas avulsas, oferecidas por professores improvisados. Quando a família real vem para o Brasil em 1808, as disciplinas avulsas são transformadas em cursos menores e maiores, primário-secundário e superior. Sendo que, as escolas de primeiras letras ou primárias eram oferecidas aulas de leitura, escrita, cálculos, história do Brasil, ensino religioso e prendas domésticas, por exemplo.

Quanto aos escravos eram impedidos de frequentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos cidadãos brasileiros. Logo, se não tinham acesso a

educação inicial também não tinham acesso aos graus superiores de ensino, destinados aos membros das classes privilegiadas e voltados para a formação dos profissionais que iriam atuar com os recursos financeiros e com as funções políticas no país.

Logo, ser negro na Primeira Republica significava viver numa sociedade, que mesmo após a abolição permanecia com idéias escravocratas, que não permitia ao negro apreender por meio da educação escolarizada, mesmos que fosse algum tipo de instrução, relativa somente às técnicas elementares da escrita e da leitura.

Sendo assim, verifica-se que quem determinava de que forma a escolarização deveria ocorrer e para qual publico deveria ser destinada era as oligarquias que destinavam vagas nas escolas públicas para seus próprios filhos, de forma que não os queria ver misturados a outros elementos presentes na sociedade como os filhos de operários brancos pobres e/ou filhos de imigrantes que deveriam encaminhar seus filhos para as escolas particulares e de trabalhadores.

O interesse por tal tema é que a formação do nosso país deve-se muito aos negros, engane-se ao pensar que tais atribuições foram fáceis, ao contrário, longas, difíceis e árduas. O negro sempre buscou e lutou para sobrepujar sua cor, inclusive nos bancos escolares (caminho percorrido com muitas lutas).

A realidade na Primeira República é muito difícil, e o negro continuou a fazer trabalhos pesados e a serem tratados como objetos sem sentimentos e capacidade intelectual, ficando evidente que essa foi uma utopia.

6 Referências

RASIL. *Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>>

BRASIL. *Lei 10639/03*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tomando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>>

CALDEIRA, Jorge. *Viagem pela história do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARNEIRO, Edison. *Antologia do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

CAVALLEIRO Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: SUMMUS, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. Editora Ática- São Paulo, 2005.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CUNHA JUNIOR, Henrique. A história africana e os elementos básicos para o seu ensino. In: COSTA LIMA, Ivan e ROMÃO, Jeruse (org.). *Negros e currículo*. Série Pensamento Negro em Educação nº. 2. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FRANÇA, Aldaíres Souto e LEITE, Juçara Luzia. Escravidão e Educação: o pensamento da elite intelectual e dirigente na província do Espírito Santo (1869-1889). *Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES*. Vitória, v.17; nº. 34. Jul/dez. 2011. p. 22-45.

GARCIA, Hagrayz Rosa. *O docente afrobrasileiro na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: memórias escolares*. Dissertação (Mestrado em Educação) Dourados: UFDG, 2010. 120f.

JAROSKEVICZ, Elvira Maria Isabel. *Relações étnico-raciais, história, cultura africana e afro-brasileira na educação pública: da legalidade à realidade*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008.

LOPES, Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAESTRI, Mário. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (org.) *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. I: séculos XVI – XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004.

MONIOTE, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História* (volume I). Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *A cor da escola: imagens da Primeira República*. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2008.

ROMÃO, Jeruse. *História da Educação dos Negros e outras Histórias* (org.) Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SCHELBAUER, Analete Regina: *Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: EDUEM, 1998.

SILVA, Consuelo Dores. *Negro, qual é o seu nome?* Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SILVA, Geraldo da e ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de acesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *A história da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUZA, Elizabeth Fernandes de. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.